



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Terceira Câmara de Direito Público

Apelação nº 0333.410-3 – Recife

Apelante: Selma Maria Ratis de Oliveira Souza

Advogado: Ronaldo Barboza França PE027986

Apelado: Estado de Pernambuco

FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PERCEPÇÃO ACUMULADA DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO. TETO REMUNERATÓRIO. ARTIGO 37, INCISO XI DA CF/88. NÃO INCIDÊNCIA. ESPÉCIES REMUNERATÓRIAS PAGAS A PESSOAS DIVERSAS E SOB FUNDAMENTOS JURÍDICOS DISTINTOS. JURISPRUDÊNCIA MAJORITÁRIA. QUESTÃO SUBMETIDA A REPERCUSSÃO GERAL. APELAÇÃO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.

1. Não merece acolhimento a preliminar de ilegitimidade passiva, quer porque a impetrante, por ocasião do ajuizamento da ação, no corpo da inicial, apontou como responsável pelo ato administrativo impugnado a então presidente da Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco, quer porque os entes públicos em questão, hierarquicamente superiores em relação às autoridades que deveriam ter sido nominadas pela impetrante, ao integrarem a lide, manifestaram-se sobre o mérito da demanda, sendo certo, ademais, que inexistiu qualquer prejuízo às demandadas.

2. Considerando que a ora apelante impetrou a ação mandamental objetivando, para além do reconhecimento do seu direito à percepção da integralidade dos proventos de aposentadoria e pensão por morte, sem os descontos relativos à rubrica "excesso de remuneração", a repetição do indébito, pertinente aos descontos que foram efetuados antes do ajuizamento da ação, evidenciou-se que ela pretende conferir ao mandado de segurança, no que pertine a este pedido, natureza de ação de cobrança, o que é manifestamente inadmissível, razão pela qual se impõe o acolhimento da preliminar de inadequação da via eleita pela autora para requerer a restituição de valores pretéritos, mantida, contudo, sua admissibilidade, para veicular o pleito de aferição da legalidade do ato administrativo impugnado.

3. Versa a presente lide acerca da incidência dos limites do teto remuneratório constitucionalmente estabelecido pela EC nº 41/03 sobre o montante cumulativamente percebido pela apelante a título de proventos de aposentadoria e pensão por morte de seu falecido esposo.

4. O artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 41/2003, possui a seguinte redação: "*A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, membros de qualquer dos Poderes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.*". Segundo entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, a expressão "*percebidos cumulativamente ou não*", presente na redação do dispositivo constitucional supratranscrito, tem por objetivo colir a sobreposição de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

espécies remuneratórias pagas a uma mesma pessoa com base no mesmo fundamento jurídico, hipótese na qual não se enquadra a presente lide.

5. Os valores pagos à impetrante/apelante apresentam fundamentos absolutamente distintos: apenas os proventos de sua aposentadoria são resultado do trabalho da própria servidora e podem ser tidos como remuneração; diversamente, a pensão por morte lhe é paga em razão do falecimento de seu marido (também servidor público), como benefício de caráter alimentar. Ora, cada um dos benefícios por ela recebidos teve um fato gerador diverso e, em virtude disso, não podem ser entendidos como acumulação de remunerações, principalmente por que cada um teve sua própria fonte de custeio, suportada de forma individual pelo instituidor correspondente quando em atividade.

6. A limitação constitucional contida no artigo 37, XI, da CF, malgrado deva ser necessariamente aplicada ao pagamento de aposentadorias **individualmente considerada que ultrapasse o aludido limite**, não se revela razoável a soma de seu valor com proventos de pensão para fins de cálculo do teto, ainda que sejam pagas pela mesma pessoa jurídica de direito público, como na hipótese em apreço.

7. Outrossim, o tema não é pacífico e, em especial, o caso em exame possui análogo na esfera federal, cuja palavra final será dada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal em virtude da Repercussão Geral de número 602.584/DF em trâmite naquela Corte Suprema. Assim, sendo uma matéria de ampla discussão nos Tribunais, não poderia provocar a redução imediata dos proventos e da pensão recebidos pela recorrente, restando, dessa forma, equivocada a sentença impugnada nesse tocante.

8. À unanimidade de votos, rejeitou-se a preliminar de ilegitimidade passiva e acolheu-se a preliminar de inadequação da via eleita para requerer a restituição de valores pretéritos e, no mérito, igualmente à unanimidade de votos, deu-se parcial provimento à apelação.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso Apelação Cível nº 0333.410-3, da Comarca de Recife, em que figuram, como Apelante, Selma Maria Ratis de Oliveira Souza e, como apelado, o Estado de Pernambuco e outro, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva e acolher a preliminar de inadequação da via eleita para requerer a restituição de valores pretéritos e, no mérito, igualmente à unanimidade de votos, em dar parcial provimento à apelação, para, ao reformar a sentença, conceder a segurança no sentido de obstar os descontos que vem sendo promovidos nos proventos de aposentadoria e pensão por morte recebidos pela apelante, mantido o *decisum*, contudo, na parte em que acolhe a preliminar de inadequação da via eleita no tocante ao pedido de repetição do indébito, tudo conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 26 de agosto de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIREDO

01

Terceira Câmara de Direito Público

Apelação nº 0333.410-3 – Recife

Apelante: Selma Maria Ratis de Oliveira Souza

Advogado: Ronaldo Barboza França PE027986

Apelado: Estado de Pernambuco

**FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores
Públicos do Estado de Pernambuco**

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO:

Selma Maria Ratis de Oliveira Souza impetrou Mandado de Segurança, tombado sob o nº 0176915-33.2012.8.17.0001, perante a 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, em face do Estado de Pernambuco e da FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco, objetivando que as autoridades impetradas se abstivessem de promover descontos dos seus proventos de aposentadoria e pensão por morte.

Após trâmite regular, o MM. Juiz *a quo*, Dr. Djalma Andreolino Nogueira Júnior, acolheu a preliminar de inadequação da via eleita para fins de percepção de verbas pretéritas e, no mérito, denegou a segurança postulada (sentença de fls. 132/134), argumentando que os descontos objeto de questionamento obedecem a parâmetros objetivos, referentes a comandos constitucionais de aplicação imediata.

Inconformada, a demandante aforou o apelo de fls. 137/140, aduzindo, em apertada síntese, que recebe pensão em razão do falecimento do seu esposo, por expressa previsão da lei previdenciária em vigor, a qual já foi incorporada ao seu patrimônio jurídico, consistindo em ato jurídico perfeito, bem assim que a pensão por morte e a aposentadoria são institutos diversos, percebidos por motivos diferentes e, pois, não podem ser considerados como remuneração única para efeitos da incidência das regras reguladoras do teto remuneratório, nos moldes da EC nº 41/03.

Recebido o Apelo em seu duplo efeito (fl. 142), o Estado de Pernambuco e a FUNAPE ofertaram, conjuntamente, contrarrazões às fls. 145/160, aduzindo:

1) Que não são legitimadas para figurar no pólo passivo da ação mandamental, porquanto são entidades dotadas de personalidade jurídica, que se manifestam por meio de órgãos, e não meros agentes públicos, contra os quais deveria ter direcionado a impetração;

2) Que a ação de mandado de segurança é inadequada para veicular pedido de percepção de valores retroativos;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIREDO

01

3) Que o inciso XI do artigo 37 da CF/88 determina a sujeição ao limite remuneratório do serviço público de todas as verbas remuneratórias percebidas por agentes públicos, assim como os proventos de aposentadoria e as pensões;

4) Que, mesmo quando recebidas de forma cumulativa, as verbas sujeitas ao teto remuneratório não podem exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não cabendo ao intérprete criar exceções que não estejam expressamente previstas no texto constitucional;

5) Que, pela sistemática da repartição simples, as contribuições arrecadadas são utilizadas para o pagamento dos aposentados e pensionistas atuais, não havendo a constituição de fundo para cobrir os benefícios a serem pagos no futuro;

6) Que em nenhum momento o constituinte teve o intuito de diferenciar o recebimento de determinado benefício em razão de uma ou duas pessoas;

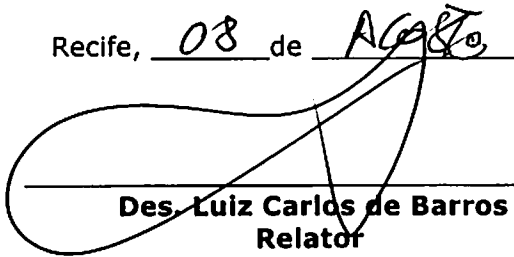
7) Que a matéria *sub judice* encontra-se em julgamento no STF, sob a sistemática da repercussão geral, não sendo prudente a liberação de recursos públicos antes da manifestação do Supremo, exatamente diante da característica de irrepetibilidade da verba alimentar.

O MP, nesta Instância Revisora, em pronunciamento de fls. 186/188, aduziu inexistir interesse que justifique a sua intervenção nos autos.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 08 de Agosto de 2014.



Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIREDO

196

01

Terceira Câmara de Direito Público

Apelação nº 0333.410-3 – Recife

Apelante: Selma Maria Ratis de Oliveira Souza

Advogado: Ronaldo Barboza França PE027986

Apelado: Estado de Pernambuco

**FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores
Públicos do Estado de Pernambuco**

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO PRELIMINAR ILEGITIMIDADE PASSIVA

A preliminar em análise não merece acatamento, quer porque a impetrante, por ocasião do ajuizamento da ação, no corpo da inicial, apontou como responsável pelo ato administrativo impugnado a então presidente da Fundação de Aposentadorias e Pensões do Estado de Pernambuco, quer porque os entes públicos em questão, hierarquicamente superiores em relação às autoridades que deveriam ter sido nominadas pela impetrante, ao integrarem a lide, manifestaram-se sobre o mérito da demanda, sendo certo, ademais, que inexistiu qualquer prejuízo às demandadas.

Ante o exposto, rejeito a preliminar.

É como voto.



Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIREDO

197,

01

Terceira Câmara de Direito Público

Apelação nº 0333.410-3 – Recife

Apelante: Selma Maria Ratis de Oliveira Souza

Advogado: Ronaldo Barboza França PE027986

Apelado: Estado de Pernambuco

**FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores
Públicos do Estado de Pernambuco**

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO PRELIMINAR INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA

Considerando que a ora apelante impetrou a ação mandamental objetivando, para além do reconhecimento do seu direito à percepção da integralidade dos proventos de aposentadoria e pensão por morte, sem os descontos relativos à rubrica "excesso de remuneração", a repetição do indébito, pertinente aos descontos que foram efetuados antes do ajuizamento da ação, evidencia-se que ela pretende conferir ao mandado de segurança, no que pertine a este pedido, natureza de ação de cobrança, o que é manifestamente inadmissível, razão pela qual se impõe o acolhimento da presente preliminar para declarar a inadequação da via eleita pela impetrante/apelante para requerer a restituição de valores pretéritos, mantida, contudo, sua admissibilidade, para veicular o pleito de aferição da legalidade do ato administrativo impugnado.

Ante o exposto, acolho a presente prefacial, nos moldes suso mencionados.

É como voto.


Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



198

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIREDO

01

Terceira Câmara de Direito Público

Apelação nº 0333.410-3 – Recife

Apelante: Selma Maria Ratis de Oliveira Souza

Advogado: Ronaldo Barboza França PE027986

Apelado: Estado de Pernambuco

**FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores
Públicos do Estado de Pernambuco**

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO MÉRITO

Versa a presente lide acerca da incidência dos limites do teto remuneratório constitucionalmente estabelecido pela EC nº 41/03 sobre o montante cumulativamente percebido pela impetrante/apelante a título de proventos de aposentadoria e pensão por morte de seu falecido esposo.

O artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 41/2003, possui a seguinte redação: "*A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, membros de qualquer dos Poderes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.*".

Segundo entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, a expressão "*percebidos cumulativamente ou não*", presente na redação do dispositivo constitucional supratranscrito, tem por objetivo coibir a sobreposição de espécies remuneratórias pagas a uma mesma pessoa com base no mesmo fundamento jurídico, hipótese na qual não se enquadra a presente lide.

De fato, os valores pagos à impetrante apresentam fundamentos absolutamente distintos: apenas os proventos de sua aposentadoria são resultado do trabalho da própria servidora e podem ser tidos como remuneração; diversamente, a pensão por morte lhe é paga em razão do falecimento de seu marido (também servidor público), como benefício de caráter alimentar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIREDO

01

Ora, cada um dos benefícios por ela recebidos teve um fato gerador diverso e, em virtude disso, não podem ser entendidos como acumulação de remunerações, principalmente por que cada um teve sua própria fonte de custeio, suportada de forma individual pelo instituidor correspondente quando em atividade.

Em conclusão, a limitação constitucional contida no artigo 37, XI, da CF, malgrado deva ser necessariamente aplicada ao pagamento de aposentadorias **individualmente considerada que ultrapasse o aludido limite**, não se revela razoável a soma de seu valor com proventos de pensão para fins de cálculo do teto, ainda que sejam pagas pela mesma pessoa jurídica de direito público, como na hipótese em apreço.

É o que deflui dos julgados infratranscritos:

"Teto remuneratório - Cumulação Irredutibilidade - Aposentadoria e Pensão - O pagamento cumulativo de proventos de aposentadoria e pensão por morte cuja soma dos valores ultrapasse o teto remuneratório constitucional não viola o artigo 37, inciso XI da Constituição Federal. Espécies remuneratórias que apresentam fundamento jurídico diverso. A limitação de vencimentos não pode desconsiderar os princípios constitucionais básicos e a garantia da irredutibilidade de vencimentos e proventos. Exige, no mínimo, que seja respeitado o valor pago que resta congelado até que o valor do teto o ultrapasse. Recurso adesivo da autora provido e improvidos o recurso da ré e o reexame necessário."(TJ-SP - APL: 424305620108260053 SP 0042430-56.2010.8.26.0053, Relator: Lineu Peinado, Data de Julgamento: 29/11/2011, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 01/12/2011)

"Servidora pública municipal - Cumulação - Aposentadoria e Pensão - Teto remuneratório - O pagamento cumulativo de proventos de aposentadoria e pensão por morte cuja soma dos valores ultrapasse o teto remuneratório constitucional não viola o artigo 37, inciso XI da Constituição Federal. Espécies remuneratórias que apresentam fundamento jurídico diverso. Recursos improvidos."(TJ-SP - -.....: 21736020108260191 SP , Relator: Lineu Peinado, Data de Julgamento: 14/12/2010, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 29/12/2010)

"[...] Proventos de aposentadoria e pensão por morte. Acumulação. Possibilidade. Teto constitucional. Verbas analisadas individualmente. Recurso desprovido. [...] 2. Na linha da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Contas da União, a soma dos valores percebidos a título de pensão por morte e de proventos de aposentadoria podem ultrapassar o teto constitucional. [...] (Ac. de 13.8.2009 no REspe nº 28.307, rel. Min. José Delgado.)

"Recurso especial. União. Magistrada. Cargo. Exercício. Proventos. Percepção. Pensão. Art. 37, XI, da Constituição Federal. Somatório. Cálculo. Incidência. Teto remuneratório. Impossibilidade. 1. Os proventos

AP Nº 333.410-3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIREDO

199,

01

decorrentes do exercício de cargo público, assim como a pensão por falecimento, individualmente considerados, estão sujeitos aos limites estabelecidos pelo denominado teto constitucional, previsto no art. 37, XI, da Constituição Federal. 2. No entanto, a percepção de aposentadoria, bem como de pensão decorrente da morte de cônjuge, não pode ser simultaneamente considerada, para fins de aferição do referido teto constitucional e consequente limitação dos valores auferidos. Recurso especial a que se nega provimento." (Ac. de 13.8.2009 no REspe nº 25.129, rel. Min. Caputo Bastos.)

"1. Teto Remuneratório. Resolução. Conselho Nacional de Justiça. Cumulação de vencimentos, proventos e pensões. Fontes distintas. Impossibilidade. No cômputo do limite remuneratório constitucional a ser aplicado aos servidores ativos, inativos e pensionistas do TSE, serão considerados os vencimentos, proventos e pensões de qualquer origem, nos termos da Resolução nº 14, de 21 de março de 2006, do CNJ. 2. Teto remuneratório. Percepção cumulativa de subsídios, remuneração ou proventos com pensão decorrente de falecimento de cônjuge ou companheira(o). Fatos geradores diversos. Consideração individual. Na percepção cumulativa de subsídios, remuneração ou proventos, com pensão decorrente de falecimento de cônjuge ou companheira(o), esses deverão ser considerados individualmente, inclusive aquelas pagas pelos Instituto Nacional de Seguro Social - INSS." (Res. nº 22.683, de 13.12.2007, rel. Min. Cezar Peluso.)

Nesse mesmo sentido entendem o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Contas da União, respectivamente, in verbis:

"Art. 2º Estão sujeitas aos tetos remuneratórios previstos no art. 1º as seguintes verbas: [...] Parágrafo único. Para efeito de percepção cumulativa de subsídios, remuneração ou proventos, juntamente com pensão decorrente de falecimento de cônjuge ou companheira(o), observar-se-á o limite fixado na Constituição Federal como teto remuneratório, hipótese em que deverão ser considerados individualmente. (Parágrafo acrescentado pela Resolução nº 42 - DJ 14.09.2007)" (grifei - artigo 2º da Resolução nº 14/2006).

"Consulta. Percepção simultânea de benefício de pensão com remuneração de cargo efetivo ou em comissão e de benefício de pensão com proventos de inatividade. Conhecimento. Resposta no sentido de que não incide o teto constitucional sobre o montante resultante da acumulação de benefício de pensão com remuneração de cargo efetivo ou em comissão, e sobre o montante resultante da acumulação do benefício de pensão com proventos da inatividade, em face do que dispõem os arts. 37, XI (redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003), e 40, ~ 11, da Constituição Federal (redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998). Ciência da deliberação à autoridade consulente. Arquivamento" (grifei - Consulta nº 2.079/2005, rel. Min. Ubiratan Aguiar).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIREDO

01

Outrossim, o tema não é pacífico e, em especial, o caso em exame possui análogo na esfera federal, cuja palavra final será dada pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal em virtude da Repercussão Geral de número 602.584/DF em trâmite naquela Corte Suprema. Assim, sendo uma matéria de ampla discussão nos Tribunais, não poderia provocar a redução imediata dos proventos e da pensão recebidos pela recorrente, restando, dessa forma, equivocada a sentença impugnada nesse tocante.

Ante o exposto, **VOTO PELO PARCIAL PROVIMENTO DA APELAÇÃO, PARA, AO REFORMAR A SENTENÇA, CONCEDER A SEGURANÇA NO SENTIDO DE OBSTAR OS DESCONTOS QUE VEM SENDO PROMOVIDOS NOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO POR MORTE RECEBIDOS PELA APELANTE, MANTIDA A SENTENÇA, CONTUDO, NA PARTE EM QUE ACOLHE A PRELIMINAR DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA NO TOCANTE AO PEDIDO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO.**

Recife, 26 de Set de 2014.



Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator